

## Esalqueanos contestam mudanças em código

Estudantes e professores da Esalq realizaram, ontem à noite, ato público contra as mudanças em curso no Código Florestal Brasileiro. O movimento também envolveu 13 entidades ligadas à escola de agricultura e, de acordo com o professor Paulo Kageyama, as alterações são uma mutilação ao código. “Os ruralistas querem dar um golpe no Congresso para beneficiar o agronegócio, em detrimento dos pequenos e agricultores”. A3

CÓDIGO FLORESTAL

# Entidades se manifestam contra mudanças

Ato público na Esalq, ontem à noite, apontou que “ruralistas querem dar um golpe no Congresso”, como disse professor

Foi realizado ontem, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), no pavilhão de engenharia, um ato público contra as mudanças propostas pelos ruralistas ao Código Florestal Brasileiro. O movimento envolveu 13 entidades ligadas à Esalq.

De acordo com o professor Paulo Kageyama, as mudanças propostas são uma mutilação ao Código. “Os ruralistas querem dar um golpe no Congresso para beneficiar o agronegócio, em detrimento dos pequenos e agricultores e da agricultura familiar”, disse ele.

Para o professor Marcos Sorrentino, do departamento de Ciências Florestais, a proposta do ato é “interferir no parlamento para não alterar a legislação para não alterar a legislação à revelia do povo brasileiro”. Ele acredita que as alterações seriam um prêmio à ilegalidade. “Tem que haver

um amplo debate para avaliar e aprimorar a legislação, mas levando em consideração os aspectos ambientais”.

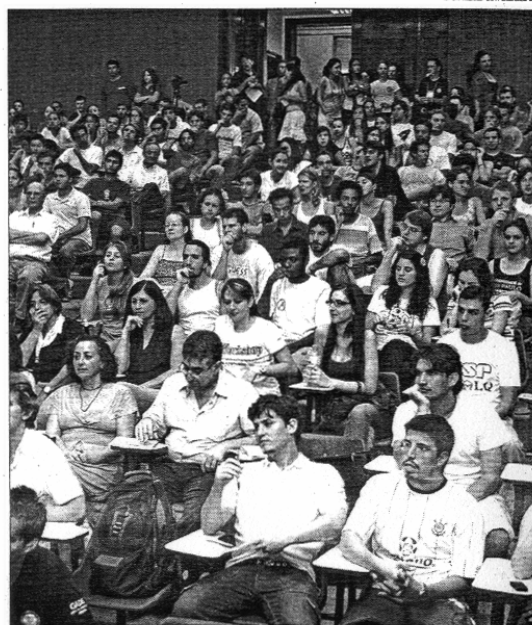
Um dos aspectos levantados que coloca em conflito ambientalistas e ruralistas é a sobreposição de Área de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal. Isis Morimoto, analista ambiental do Ibama, lembra que tratam-se de categorias distintas, com funções distintas. “Como a Reserva Legal pode ser utilizada para o uso sustentável, na sobreposição a APP ficaria vulnerável e poderia ter sua integridade violada”.

Isis observa que as duas categorias deveriam manter-se distintas, pois cumprem funções distintas no ecossistema. “A Reserva Legal faz a conexão com a APP e também contribui com a biodiversidade, mas a função mais importante é da APP, que além da biodiversidade é pro-

teger os rios. Por isso ela precisa ser protegida”. Kageyama vê descontrole na ocupação da Floresta Amazônica caso a sobreposição aconteça.

O especialista Paulo Afonso Leme Machado estava sendo esperado para se pronunciar. A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, enviou um vídeo, apresentando as consequências para o meio ambiente das propostas apresentadas pelos ruralistas.

Após o ato, foi feito debate do qual resultou uma carta-manifesto, que será encaminhada ao Congresso Nacional e ao governo federal. “Nosso objetivo é fortalecer o Minc [Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente] nas negociações com os ruralistas”, destacou Kageyama. No seu entender, o ministro está enfraquecido no debate e precisa de apoio. “Esse ato é uma demonstração de nosso apoio a ele”.



Manifestação lotou ontem à noite o auditório do Pavilhão da Engenharia, na Esalq